



Política de remuneração e questões climáticas na mira de empresas de orientação de voto em assembleias

peças empresas de recomendação de votos na próxima temporada de assembleias gerais de acionistas no Brasil

Por Mariana Barbosa

18/01/2024 06h00 - Atualizado há 3 horas



Agnes Blanco Querido, diretora-geral da Morrow Sodali no Brasil — Foto: Divulgação

Companhias de capital aberto que têm na sua base de acionistas — ou desejam atrair — grandes investidores estrangeiros vão precisar se esforçar para justificar propostas de aumento de remuneração dos administradores e a composição de seus Conselhos de Administração na próxima temporada de assembleias gerais ordinárias (AGO), que acontece entre março e abril. As empresas também vão precisar explicar quais ações estão sendo realizadas para mitigar o impacto das mudanças climáticas sobre o negócio e a política de gestão de crise em caso de ataques cibernéticos.

Os temas estão no centro das preocupações das duas maiores empresas globais de recomendação de voto — Glass Lewis e a ISS (Institucional Shareholder Services) — conforme levantamento realizado pela Morrow Sodali, consultoria global de estratégia e governança corporativa.

A Morrow mapeou os temas que foram atualizados ou modificados nas políticas que norteiam as recomendações de voto feitas consultorias, ou *proxy advisors*, em relação a empresas listadas no Brasil.

Investidores estrangeiros com um volume grande de papéis na carteira recorrem à essas consultorias para auxiliar na tomada de decisão de como votar nas assembleias.

— O ponto da remuneração é especialmente relevante para os investidores estrangeiros, acostumados no exterior a receber informações mais precisas e detalhadas sobre os ganhos de cada um dos executivos das empresas investidas. No Brasil, as companhias normalmente cumprem apenas os requisitos exigidos pelas regras da legislação local, que são as informações apresentadas no formulário de referência, como a divulgação dos valores mínimos, médios e máximos da remuneração, por exemplo — diz a executiva Agnes Blanco Querido, diretora-geral da Morrow Sodali no Brasil.

De acordo com o levantamento da Morrow, na política que passa a valer a partir de 10 de fevereiro, a ISS irá recomendar aos acionistas que rejeitem as propostas de remuneração de executivos, conselheiros de administração e conselheiros fiscais que não apresentem boas justificativas e explicações, ou onde falte transparência.

Em caso de propostas de remuneração que representem um grande aumento em relação ao ano anterior, serão examinados a razoabilidade da justificativa para o aumento, o alinhamento entre o aumento da remuneração e a performance da companhia no longo prazo. Entre outros fatores, também será levando em conta se as metas e indicadores divulgados estão alinhados à estratégia do negócio, se a descrição e a composição da remuneração está adequadamente distribuída em incentivos de curto e longo prazo e se o retorno total ao investidor (TSR) foi positivo no ano recente ou nos três anos anteriores.

Quanto à independência do conselho de administração, Agnes explica que a política de recomendação de voto da ISS já previa um mínimo de um terço de membros independentes para as companhias listadas no Nível 1 de governança da B3 e de pelo menos 50% para as que estão no Novo Mercado, segmento da Bolsa com requerimentos de governança mais elevados.

No Brasil, o nível mínimo de independência do conselho é de 20% para todas as empresas de capital aberto, conforme resolução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) de 2022. — Essa regra está aquém da expectativa das agências de proxy, investidores globais e melhores práticas internacionais. — diz Agnes.

Já a Glass Lewis incorporou o risco climático como um tema de preocupação para todas as empresas. A recomendação é que os conselhos de administração avaliem a resiliência operacional de companhia em uma transição para uma economia de baixo carbono — o que é especialmente crítico para companhias de setores que são grandes emissores de gases do efeito estufa.

Segundo a diretora da Morrow Sodali, a Glass Lewis deve avaliar se a política climática está alinhada aos parâmetros da Task Force on Climate-related Disclosures (TCFD), usados como referência para companhias listadas manterem seus stakeholders bem informados sobre ações relativas à agenda climática.

A nova orientação da Glass Lewis também leva em conta a política de gerenciamento de crise em caso de ataque cibernético: se empresas que já sofreram ataques comunicaram adequadamente a ocorrência aos acionistas e se reforçaram as medidas de segurança contra novos incidentes. Caso considere que falta transparência na gestão dos ataques, a agência pode recomendar aos clientes a dar voto contrário na assembleia.

Também será levando em conta na avaliação da Glass Lewis questões como potenciais conflitos de interesses — especialmente em relação a conselheiros que ocupam cadeiras no board de diversas companhias.

< Mais recente

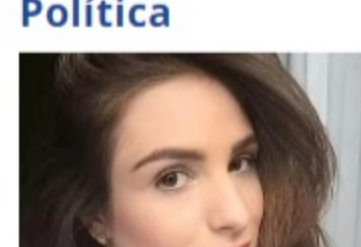
Próxima São Paulo ganhou quatro vezes mai... >

Inscreva-se na Newsletter: **Capital**

INSCREVER

Recomendadas para você

Política



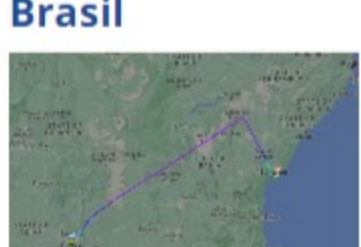
Foragida, Patrícia Lélis deixa vaziar localização nas redes sociais: 'Governo sabe'

Economia



Para reduzir conta de luz, governo vai rever subsídio no setor elétrico

Brasil



Avião faz pouso de emergência em Salvador após piloto sofrer desmaio a bordo

BBB



Leticia Colin, é você? Namorada de Lucas Pizane, do BBB 24, é comparada a atriz: 'Parece muito'

Comentários

Os comentários são de responsabilidade exclusiva de seus autores e não representam a opinião deste site. Se achar algo que viole os termos de uso, denuncie. Leia as perguntas mais frequentes para saber o que é impróprio ou ilegal.

Acesse sua Conta Globo e participe da conversa

Entre e Participe da Conversa

Mais novos

Ainda não há comentários. Seja o primeiro a comentar.